

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO PROCESSO SELETIVO DA RESIDÊNCIA JURÍDICA

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA:

1. Compreensão e interpretação de textos.
2. Domínio da ortografia oficial (incluindo o novo acordo ortográfico).
3. Domínio dos mecanismos de coesão textual.
4. Emprego da acentuação gráfica.
5. Flexão nominal e verbal.
6. Emprego de tempos e modos verbais.
7. Vozes do verbo.
8. Classes de palavras.
9. Concordância nominal e verbal.
10. Regência nominal e verbal.
11. Emprego do sinal indicativo de crase.
12. Colocação pronominal.
13. Pontuação.

PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO - DIREITO:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Evolução histórica do constitucionalismo.
2. A Constituição.
 - 2.1. Noções fundamentais.
 - 2.2. Concepções e teorias.
 - 2.3. Tipologia.
 - 2.4. Conteúdo e supremacia das normas constitucionais.
3. Poder Constituinte.
 - 3.1. Conceito e origens.
 - 3.2. Titularidade e legitimidade.
 - 3.3. Natureza e limites.
 - 3.4. Poder Constituinte originário e derivado.
 - 3.5. Limitações ao Poder Constituinte derivado
 - 3.5.1. Limites formais e materiais.
 - 3.5.2. Limites temporais e circunstanciais.
4. Normas constitucionais.
 - 4.1. Normas constitucionais de organização, programáticas e definidoras de direitos.
 - 4.2. Existência, validade, eficácia e efetividade das normas constitucionais.
 - 4.3. Modalidades de eficácia da norma constitucional: direta, interpretativa e negativa.
 - 4.4. Interpretação das normas constitucionais.
 - 4.5. A técnica da ponderação.

5. Princípios constitucionais.
 - 5.1. Supremacia da constituição.
 - 5.2. Presunção de constitucionalidade.
 - 5.3. Unidade da Constituição.
 - 5.4. Interpretação conforme a Constituição.
 - 5.5. Razoabilidade e proporcionalidade.
 - 5.6. Efetividade.
6. O princípio da dignidade da pessoa humana.
 - 6.1. O mínimo existencial.
 - 6.2. Vedação de retrocesso.
7. Direitos e garantias fundamentais.
8. Direitos e deveres individuais e coletivos.
9. Direitos políticos.
10. Organização do Estado.
 - 10.1. Organização político-administrativa.
 - 10.2. União.
 - 10.3. Estados Federados.
 - 10.4. Distrito Federal.
 - 10.5. Municípios.
11. Poder Judiciário.
 - 11.1. Conselho Nacional de Justiça.
 - 11.2. Supremo Tribunal Federal.
 - 11.3. Tribunais Superiores.
 - 11.4. Justiça Federal.
 - 11.5. Justiça do Trabalho.
 - 11.6. Justiça Militar da União.
 - 11.7. Justiça Eleitoral.
12. Ministério Público.
13. Defensoria Pública.
14. Advocacia e da Advocacia Pública.
15. Controle de constitucionalidade.
 - 15.1. Sistemas.
 - 15.2. Controle difuso e controle concentrado de constitucionalidade.
 - 15.3. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
 - 15.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - 15.5. Inconstitucionalidade por omissão.
 - 15.6. Mandado de injunção.
16. Remédios constitucionais.
 - 16.1. Habeas corpus.
 - 16.2. Habeas data.
 - 16.3. Mandado de segurança.
17. Controle judicial de políticas públicas.
18. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático de Direito Constitucional.

DIREITO PENAL:

1. Fontes do Direito Penal;
2. Princípios do Direito Penal;
3. Aplicação da Lei Penal: Do art. 1º ao art. 12 do Código Penal;
4. Interpretação & Integração da Lei Penal: Interpretação da Lei Penal; Analogia; Conflitos Aparentes de Normas;
5. Teoria Geral do Crime: Fato Típico; Antijuridicidade; Culpabilidade; Erro Jurídico-Penal; *Iter Criminis*; Concurso de Pessoas;
6. Parte Especial do Código Penal: Crimes contra o Sentimento Religioso e o Respeito aos Mortos; Crimes contra a Dignidade Sexual; Crimes contra a Paz Pública; Crimes contra a Fé Pública; Crimes contra a Administração Pública;
7. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático de Direito Penal.

DIREITO PENAL MILITAR:

1. Fontes do Direito Penal Militar;
2. Princípios do Direito Penal Militar;
3. Aplicação da Lei Penal Militar: Do art. 1º ao art. 28 do Código Penal Militar;
4. Interpretação & Integração da Lei Penal Militar: Interpretação da Lei Penal Militar; Analogia; Conflitos Aparentes de Normas;
5. Teoria Geral do Crime Militar: Fato Típico Militar; Antijuridicidade; Culpabilidade Militar; Erro Jurídico-Penal Militar; *Iter Criminis*; Concurso de Pessoas;
6. Consequências Jurídicas do Injusto Penal Militar: Penas Principais; Penas Acessórias; Efeitos da Condenação; Medidas de Segurança; Extinção da Punibilidade;
7. Parte Especial do Código Penal Militar: Crimes contra a Autoridade e a Disciplina Militar; Crimes contra o Serviço e o Dever Militar; Crimes contra a Pessoa; Crimes contra o Patrimônio; Crimes contra a Incolumidade Pública; Crimes contra a Administração Militar; Crimes contra a Administração da Justiça Militar;
8. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático de Direito Penal Militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

1. Fontes do Direito Processual Penal;
2. Princípios do Direito Processual Penal;
3. Aplicação da Lei Processual Penal: Do art. 1º ao art. 3º do Código de Processo Penal;
4. Interpretação & Integração da Lei Processual Penal: Interpretação da Lei Penal; Analogia;
5. Inquérito Policial;
6. Ação Penal;
7. Prova: Do art. 155 ao art. 201 do Código de Processo Penal;
8. Prisões Cautelares, Medidas Cautelares Diversas da Prisão & Liberdade Provisória;
9. Sentença;
10. Processos em Espécie: Do art. 394 ao art. 400 do Código de Processo Penal;
11. Teoria Geral das Nulidades;
12. Teoria Geral dos Recursos;

13. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático de Direito Processual Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR:

1. Fontes do Direito Processual Penal Militar;
2. Princípios do Direito Processual Penal Militar;
3. Aplicação da Lei Processual Penal Militar: Do art. 1º ao art. 6º do Código de Processo Penal Militar;
4. Polícia Judiciária Militar & Investigação Criminal Militar: Inquérito Policial Militar; Auto de Prisão em Flagrante; Instrução Provisória de Deserção; Instrução Provisória de Insubmissão;
5. Ação Penal Militar & Denúncia;
6. Sujeitos Processuais;
7. Foro Militar, Competência da Justiça Militar da União & Competência da Justiça Militar Estadual;
8. Conflitos de Competência;
9. Questões Prejudiciais;
10. Incidentes;
11. Medidas Assecuratórias Reais;
12. Prisões Cautelares, Comparecimento Espontâneo, Menagem, Liberdade Provisória & Aplicação Provisória de Medidas de Segurança;
13. Citações, Intimações & Notificações;
14. Atos Probatórios: Teoria Geral da Prova & Provas em Espécie;
15. Processos em Espécie: Processo Ordinário; Processos Especiais;
16. Nulidades: Teoria Geral das Nulidades & Nulidades em Espécie;
17. Recursos: Teoria Geral dos Recursos & Recursos em Espécie;
18. Ações Impugnativas: *Habeas Corpus*; Mandado de Segurança; Revisão Criminal;
19. Execução Penal Militar: Do art. 588 ao art. 674 do Código de Processo Penal Militar; Do art. 105 ao art. 119 e do art. 171 ao art. 179, todos da Lei de Execução Penal;
20. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático de Direito Processual Penal Militar.

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - LOMPU (LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93):

1. Definição, Princípios & Funções Institucionais: Do art. 1º ao art. 5º da Lei Complementar n.º 75/93;
2. Instrumentos de Atuação: Do art. 6º ao art. 8º da Lei Complementar n.º 75/93;
3. Controle Externo da Atividade Policial: Do art. 9º ao art. 10 da Lei Complementar n.º 75/93;
4. Ministério Público Militar: Do art. 116 ao art. 125, e do art. 140 ao art. 146, todos da Lei Complementar n.º 75/93;
5. Doutrina & Jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre os pontos do Conteúdo Programático da Lei Orgânica do Ministério Público da União.